

Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2013)

Coordenação

Fernando de Sousa



Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto

(1822-2013)

Coordenação

Fernando de Sousa

Autores

Fernando de Sousa

Manuel Ribeiro

Ricardo Rocha

Beatriz Hierro Lopes

Bruno Rodrigues

Conceição Meireles Pereira

Diogo Ferreira

Fabiola Franco Pires

Fernando Cerqueira Barros

José Francisco Queiroz

Manuel António Couto

Paula Barros

Paulo Amorim



Título

Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2013)

Edição

CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade
Rua do Campo Alegre, nº 1021/1055 Ed. CEPESE • 4169 Porto
Tel. 22 607 37 70 • Fax 22 607 37 78
email cepese@cepese.pt • web www.cepese.pt

Coordenação

Fernando de Sousa

Autores

Fernando de Sousa
Manuel Ribeiro
Ricardo Rocha

Beatriz Hierro Lopes
Bruno Rodrigues
Conceição Meireles Pereira
Diogo Ferreira
Fabiola Franco Pires
Fernando Cerqueira Barros
José Francisco Queiroz
Manuel António Couto
Paula Barros
Paulo Amorim

Tradução

Ricardo Rocha

Créditos Fotográficos

Arquivo Histórico Municipal do Porto / Casa do Infante
Biblioteca Pública Municipal do Porto
Centro Português de Fotografia
Espólio Fotográfico Português
João Paulo Sotto Mayor
Museu do Douro
Real Companhia Velha

Design

João Machado

Produção

João Machado Design, Lda
Marta Machado

Impressão

Orgal – Impressores

Tiragem

1000 exemplares

ISBN

xxxxx

Depósito Legal

xxxxxx

impresso em setembro de 2013







Índice

Introdução	11
Os Presidentes do Município do Porto (1822-2013)	105
1. Naturalidade dos Presidentes da Câmara do Porto	107
2. Idade dos Presidentes da Câmara do Porto à tomada de posse	107
3. Origem social e socioprofissional dos Presidentes da Câmara do Porto	108
4. Duração dos mandatos dos Presidentes da Câmara do Porto	111
5. Carreira política dos Presidentes da Câmara do Porto	112
6. Representatividade do corpo eleitoral quanto à eleição do Presidente da Câmara do Porto	114
Conclusão	117
Quadro geral dos Presidentes do Município do Porto (1822-2013)	121
Biografias dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)	128
Tomás da Silva Ferraz (1822-1823)	129
Manuel Nunes Chocha do Couto (1823)	135
João Rodrigues de Oliveira Catalão (1823-1826)	139
José Bento da Rocha Melo (1826-1828)	143
António da Cunha Vasconcelos (1828)	147
José Bento da Rocha Melo (1828-1829)	151
João Manuel Alexandrino de Vasconcelos (1829-1830)	155
Francisco Ribeiro de Figueiredo (1830-1832)	159
Arnaldo Van Zeller (1832-1833)	163
José Pimentel Freire Machado (1833)	167
António Alexandre Rodrigues de Oliveira (1833-1834)	173
José da Silva Passos (1834)	177
António Alexandre Rodrigues de Oliveira (1834)	183
Vicente Ferreira de Novais (1835)	187
João Manuel Teixeira de Carvalho (1835)	191
Francisco da Rocha Soares (1835-1836)	195
João José Coelho (1836)	199
Manuel Pereira Guimarães (1836)	203
Tadeu António de Faria (1836-1837)	207
Luciano Simões de Carvalho (1837-1838)	211
Miguel Joaquim Gomes Cardoso Júnior (1839)	217

Francisco da Rocha Soares (1840)	223
José Maria Ribeiro Pereira (1840-1841)	227
Jerónimo Carneiro Geraldês (1841-1842)	231
António Vieira de Magalhães (1842-1846)	235
José da Silva Passos (1846)	241
Manuel Joaquim Machado (1846-1847)	247
Luís Brandão de Melo Cogominho (1847)	251
António Vieira de Magalhães (1847-1849)	255
Domingos Ribeiro de Faria (1850-1851)	259
José António de Sousa Basto (1852-1855)	263
António Vieira de Magalhães (1856-1858)	267
António José Antunes Navarro (1858-1867)	271
Francisco Pinto Bessa (1867-1878)	277
António Pinto de Magalhães Aguiar (1878-1881)	285
José Augusto Correia de Barros (1881-1886)	291
José Frutuoso Aires de Gouveia Osório (1887)	299
António de Oliveira Monteiro (1887-1892)	305
António Ribeiro da Costa e Almeida (1893-1896)	311
Venceslau de Sousa Pereira de Lima (1896-1898)	319
João Baptista de Lima Júnior (1898-1900)	323
Venceslau de Sousa Pereira de Lima (1900-1901)	333
Manuel de Sousa Avides (1902-1905)	337
João Baptista de Lima Júnior (1905-1906)	343
Jacinto da Silva Pereira Magalhães (1907)	347
José Nunes da Ponte (1907-1908)	351
Cândido Augusto Correia de Pinho (1908-1910)	355
José Nunes da Ponte (1910-1911)	361
Francisco Xavier Esteves (1911-1913)	367
Adriano Augusto Pimenta (1913)	374
Manuel de Morais e Costa (1913-1914)	377
Henrique Pereira de Oliveira (1914-1915)	381
Francisco Xavier Esteves (1915)	389
Henrique Pereira de Oliveira (1915-1917)	395
Augusto Pereira Nobre (1918)	401
Artur Jorge Guimarães (1918)	407
Augusto Cupertino de Miranda (1918)	411
José Nunes da Ponte (1918)	415
José Alves Bonifácio (1918-1919)	419
Armando Marques Guedes (1919)	425
José Gonçalves Barbosa de Castro Júnior (1919-1920)	431
Eduardo Ferreira dos Santos Silva (1920-1921)	435
António Joaquim de Sousa Júnior (1921-1924)	441
José Pereira da Silva (1925)	449
António Joaquim de Sousa Júnior (1925)	453
Alberto Pereira Pinto de Aguiar (1926)	457
Raul de Andrade Peres (1926-1930)	461
Augusto de Sousa Rosa (1930-1933)	467
José Alfredo Mendes de Magalhães (1933-1936)	473

António Augusto Esteves Mendes Correia (1936-1942)	479
João de Espregueira Mendes (1942)	487
Albano do Carmo Rodrigues Sarmiento (1942-1944)	493
Jorge de Viterbo Ferreira (1944-1945)	501
Luís José de Pina Guimarães (1945-1949)	507
Francisco Nicolau de Sousa Dias Goulão (1949)	515
Lucínio Gonçalves Presa (1949-1953)	519
António de Oliveira Cálem (1953)	527
José Albino Machado Vaz (1953-1962)	531
Nuno Maria de Figueiredo Cabral Pinheiro Torres (1962-1969)	543
António Fontes Veiga de Faria (1969)	553
Nuno Henrique Macieira de Vasconcelos Porto (1969-1974)	559
Artur Vieira de Andrade (1974-1975)	567
Boaventura José Martins Ferreira (1975)	573
Rogério Manuel de Castro Tavares (1975-1977)	579
Aureliano Capelo Veloso (1977-1980)	583
Alfredo Ângelo Vidal Coelho de Magalhães (1980-1983)	591
António Guilherme Paulo Vallada (1983-1985)	597
Fernando Soares Cabral Monteiro (1986-1990)	603
Fernando Manuel dos Santos Gomes (1990-1999)	611
Nuno Magalhães da Silva Cardoso (1999-2002)	621
Rui Fernando da Silva Rio (2002-2009)	627
Fontes e Bibliografia	639
Abstract	645
Notas sobre os autores	652
Índice Analítico	655



Introdução

Ninguém de boa-fé e olhos que queiram ver poderá deixar de ter amor a esta grande cidade, desde que a embranqueçam daquela modernidade histórica que não estraga a face das coisas mas lhe acresce o sentido. Alegrem-lhe o rosto encardido de tristeza, alimentem-lhe a fome de justiça, dêem-lhe os valores sociais por que sempre lutou, e deixem-na nessa nudez desafiar a incompreensão dos homens e a incógnita do tempo.

(Miguel Torga, *O Porto*, Coimbra, 1944)

Ela é a muralha povoada de funcionários e mestres-de-obras, de colegiais, e artistas, ingleses colonialistas – e pelo capital. A sua alma é funda e profética, os seus costumes rigorosos mas não severos – e há mais espírito na sua gente de ilha, na sua gente crua de sentimentos e afeiçoada à desgraça, que nos altos patibulos da raça onde se convertem os grandes a um passatempo de serões. Ela é a muralha, com a cintura rodeada de nevoeiros, generosa e tímida, com a sua coroa provinciana e a luva suja na mão descalça.

(Agustina Bessa-Luís, *A muralha*, Lisboa, 1957)

Em 2009, no âmbito do Projeto de Investigação, patrocinado pela Câmara Municipal do Porto, que procura dar um contributo determinante e, sob alguns aspetos, definitivo para a História do Porto na Época Contemporânea (1820-2013), o CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, da Universidade do Porto, instituição de utilidade pública, produziu uma obra sobre *Os Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2009)*, onde, de forma exaustiva, ao longo de dois volumes, traçou o perfil biográfico daqueles que dirigiram o Município do Porto nos séculos XIX e XX.

A obra teve uma excelente aceitação, de tal forma que, presentemente, se encontra praticamente esgotada. Alguns apelos foram surgindo no sentido de se efetuar uma reedição da mesma. Entendeu-se, porém, após uma reflexão e troca de impressões entre o CEPESE e a Câmara Municipal do Porto, na pessoa do seu Presidente, que não fazia sentido reeditar pura e simplesmente a mesma obra, outrossim, proceder a uma refundação e reduzir a sua dimensão a um só volume, retirando do texto os capítulos introdutórios relativos ao enquadramento jurídico municipal e à forma de aquisição e duração dos mandatos dos Presidentes da Câmara do Porto, reduzindo a dimensão das biografias daqueles que efemeramente assumiram tais funções, dando mais relevo aos que mais tempo se mantiveram à frente do Município, quer nomeados, quer eleitos, e finalmente, aproveitando a oportunidade para corrigir algumas imprecisões e colmatar uma ou outra lacuna.

Iniciamos *Os Presidentes do Município do Porto (1822-2013)* com o primeiro Presidente eleito diretamente pelos cidadãos, na sequência da legislação eleitoral entretanto aprovada pelo regime liberal e da Constituição de 1822, Tomás da Silva Ferraz. A eleição de Tomás da Silva Ferraz marca, com efeito, uma rutura com a forma de aquisição do mandato pelos juizes de fora do Antigo Regime que presidiam às Câmaras mais importantes do País, nomeadamente à do Porto, e que eram nomeados pelo Governo. Permanecerá como um facto isolado, uma vez que só a partir de 1834 é que os Presidentes da Câmara do Porto voltarão a



ser eleitos. Mas assinala o caminho que irreversivelmente vai ser aberto pelo constitucionalismo monárquico, após a instauração definitiva do liberalismo em Portugal, na sequência da extinção do regime absolutista de Miguel I.

A obra termina com a biografia do doutor Rui Rio, atual Presidente da Câmara do Porto e aquele que mais tempo se manteve à frente dos destinos do Município portuense.

O presente trabalho mantém os objetivos já definidos no anterior, ou seja, traçar as biografias dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto, procurando responder, sempre que as fontes consultadas o permitiram, às seguintes questões: Quem são? Qual a sua naturalidade? Qual a área socioprofissional de recrutamento? Qual a sua idade à tomada de posse? Qual o tempo do seu mandato? Qual a ação ou o papel político que desempenharam no exercício dos seus mandatos? Que outros cargos políticos, além de Presidentes da Câmara Municipal do Porto, exerceram?

Assim, na primeira parte da obra, procuramos sintetizar os aspetos fundamentais que têm a ver com a identificação e as funções cívicas ou políticas dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto, de forma a respondermos às questões que colocamos, muito particularmente, a sua naturalidade, origem social e socioprofissional, idade à tomada de posse, forma de aquisição do mandato, número e duração dos mandatos, carreira política, bem como a representatividade do corpo eleitoral quanto à eleição do Presidente da Câmara. Abordamos ainda o papel político do Presidente da Câmara do Porto à luz do que nos foi dado a perceber pelas fontes históricas, testemunhos e escassa bibliografia existente, procurando dar, assim, um contributo válido para esta questão, que permanece largamente em aberto.

Seguem-se as biografias dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto, estruturadas do seguinte modo. Primeiro são apresentados os elementos de identificação e principais traços da vida cívica e política do biografado. Segue-se uma nota quanto a publicações suas, sempre que tal se justifica, e as informações relativas à atividade de cada Presidente à frente da Câmara do Porto. Apresentam-

Edifício do Banco Espírito Santo na Avenida dos Aliados (meados do séc. XX)

-se depois alguns textos relativos ao Presidente ou à Câmara a que presidiu – sessões de tomada de posse, atas de vereações, representações, proclamações, notícias de jornais, considerações relativas a importantes momentos históricos, editais, posturas, testemunhos pessoais, discursos, etc. –, que ajudam a caracterizar o mandato e a exemplificar as ações e preocupações do Presidente e da sua Câmara, a demonstrar a cultura daquele, a definir a sua personalidade. Finalmente, indicam-se as fontes e bibliografia consultadas para a elaboração da biografia.

A obra termina com a indicação das fontes e de toda a bibliografia consultada, um resumo em inglês e o índice analítico.

Resta-nos agradecer a todos aqueles que conosco trabalharam ou nos deram achegas e contributos para a realização desta obra. Em primeiro lugar, ao Arquivo Histórico Municipal do Porto/Casa do Infante, na pessoa da dra. Maria Helena Gil Braga, bem como aos vários técnicos e demais funcionários que nos acompanharam no decorrer da investigação, pelas boas condições de trabalho disponibilizadas para a realização desta obra, e em especial ao doutor Jorge Rodrigues, que nos forneceu os resultados do levantamento interno das listas de vereadores da Câmara Municipal do Porto, o qual, embora nem sempre rigoroso e por vezes lacunar, se revelou indispensável como ponto de partida para a identificação dos Presidentes da Câmara do Porto.

Ao Gabinete de Gestão de Informação da Universidade do Porto, na pessoa da doutora Eugénia Fernandes; ao Arquivo da Universidade de Coimbra, na pessoa da doutora Ana Leitão Bandeira; ao diretor do Arquivo Histórico Militar, tenente-coronel Carlos Fonseca; e ao diretor da Torre do Tombo, doutor Silvestre Lacerda, e técnicos da mesma.

Ao arquiteto Fernando Maia Pinto, diretor do Museu do Douro, que nos cedeu graciosamente a reprodução de algumas imagens da exposição *Barão de Forrester – Razão e Sentimento*; ao doutor Mário Ferreira, que nos cedeu graciosamente a reprodução de imagens do Espólio Fotográfico Português; e ao doutor Alberto de Almeida, da Fundação Dr. António Cupertino de Miranda.

Aos ex-Presidentes da Câmara Municipal do Porto, engenheiro Aureliano Veloso, doutor Fernando Gomes, engenheiro Nuno Cardoso e coronel Boaventura Martins Ferreira; à doutora Conceição Cabral, viúva do ex-Presidente Fernando Cabral; ao engenheiro Carlos Brito; ao doutor Paulo Miguel Vallada, filho do ex-Presidente Paulo Vallada; e à doutora Laura Rodrigues, filha do ex-Presidente Artur Vieira de Andrade.

Ao CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, o nosso Centro de Investigação, pelo apoio que nos proporcionou.

Ao professor doutor Manuel Teixeira, chefe de gabinete do Presidente da Câmara em exercício, pela disponibilidade e empenhamento que sempre demonstrou para que nos fossem concedidas, por parte da Câmara, todas as facilidades, em ordem à concretização deste estudo no curto prazo de que dispusemos.

Finalmente, ao Presidente da Câmara Municipal do Porto, doutor Rui Rio, que criou as condições para que este trabalho de investigação fosse produzido, e que acompanhou cuidadosamente a sua produção.



Os Presidentes do Município do Porto (1822-2013)

Neste estudo introdutório, procuramos esclarecer, tanto quanto possível, o perfil do Presidente da Câmara do Porto no que se refere à naturalidade, origem socioprofissional, representatividade do corpo eleitoral (no caso da aquisição do mandato ser por eleição), idade à tomada de posse, tempo de exercício nas funções e, finalmente, a sua carreira política, de forma a melhor compreendermos a sua eleição/nomeação para tais funções.

Mas, antes de traçarmos o perfil sociopolítico dos Presidentes da Câmara do Porto, convém saber quem é que considerámos como tais e quantos cidadãos exerceram tal cargo no período considerado. É Presidente da Câmara do Porto quem foi nomeado ou eleito, mas não tomou posse, ou aquele, imediatamente a seguir na lista de vereações, que exerceu de forma efetiva tais funções? Devemos considerar como Presidente o vereador que, por impedimento do Presidente, assumiu aquele cargo, de modo definitivo ou temporário? Devemos considerar como Presidente, em simultâneo, aqueles que representavam o Governo e os que saíram de movimentos revolucionários (1828, com a Junta Provisória do Porto) ou contrarrevolucionários (1919, com a Monarquia do Norte)? Ou os Presidentes de efémeras Comissões Administrativas, efetivamente constituídas e nomeadas mas que praticamente não exerceram atividade municipal por força da instabilidade política (por exemplo, em 1915, com a Ditadura de Pimenta de Castro)? E durante a Primeira República (1910-1926), devemos considerar como Presidente da Câmara do Porto os Presidentes do Senado Municipal ou, pelo contrário, os Presidentes das Comissões Executivas, como temos visto em alguns trabalhos? Ou considerar os dois? Após longa, madura e discutida reflexão, optámos por estabelecer os seguintes critérios:

- ignorar a nomeação quando à mesma não se seguiu o exercício de funções, ainda que apenas por alguns dias;
- considerar como Presidente da Câmara do Porto o Vice-Presidente ou o vereador que, no impedimento definitivo do Presidente efetivo, por morte ou abandono de funções, e só em tal caso, passou a exercer tais funções;
- considerar como Presidentes da Câmara do Porto os que, nomeados por movimentos políticos, revolucionários ou contrarrevolucionários que tomaram o poder na cidade, exerceram tais funções, na ausência dos Presidentes nomeados pelo Governo;
- considerar como Presidentes da Câmara do Porto os Presidentes das Comissões Administrativas nomeadas pelo Governo (mesmo daquelas que limitaram a gestão do Município do Porto aos assuntos correntes, ao expediente), que exerceram funções no exercício daquele cargo, ainda que, por vezes, efemeramente;
- entender que, durante a Primeira República, os Presidentes do Senado Municipal são efetivamente os Presidentes da Câmara do Porto, e não os Presidentes das Comissões Executivas, de acordo, aliás, com a legislação em vigor.

À luz dos critérios referidos, viemos a concluir que, entre 1822 e 2013, exerceram as funções de Presidente da Câmara Municipal do Porto 78 cidadãos, dos quais nove exerceram dois mandatos intercalados, e dois, António Vieira de Magalhães e José Nunes da Ponte, três mandatos com idênticas características.

Durante o Estado Novo (1926-1974) e a República Democrática (1974-2013), vários Presidentes exerceram mandatos sucessivos, mas nenhum teve mandatos intercalares ou interpolados.

Tendo em atenção que os Presidentes da Câmara que exerceram mandatos sucessivos e contínuos foram contados como um só, uma vez que não fazia sentido estarmos a autonomizar mandatos nos casos em que os Presidentes continuam em funções ininterruptamente, apurámos um total de 91 mandatos.

Dos 91 mandatos referidos, 38 foram obtidos por nomeação, 32 por eleição, 14 em substituição, 3 sob a forma de nomeação seguida de eleição e 4 adquiridos em substituição, mas logo de seguida legitimados por eleição. Isto é, mesmo somando todos aqueles que foram eleitos, cerca de 50% dos mandatos revestiram a modalidade da nomeação governamental, sob a forma de Comissão Municipal durante a Monarquia e a Primeira República, ou por nomeação direta com o Estado Novo – valor que, só por si, desde logo revela a lenta e difícil institucionalização do cargo de Presidente da Câmara do Porto enquanto expressão democrática da vontade dos seus cidadãos.

1. Naturalidade dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto

Das 78 personalidades que exerceram as funções de Presidentes da Câmara do Porto, foi possível apurar a naturalidade de 73 deles (Quadro n.º 1).

Podemos concluir, através deste quadro, que 36 (49,3%) são oriundos da própria cidade do Porto. E que a base de recrutamento destas individualidades foi, sistematicamente, o Norte de Portugal, com 66, isto é, mais de 90% do seu número total, uma vez que só nos surge um Presidente natural do distrito de Castelo Branco, um nascido no Rio de Janeiro, dois em Lisboa e três nos Açores – podendo assim concluir-se pelo recrutamento de base local e regional dos mesmos.

Quadro n.º 1
Naturalidade dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto

Concelhos / Regiões	Presidentes
Açores	3
Águeda	1
Braga	1
Cabeceiras de Basto	1
Freixo de Espada à Cinta	1
Gouveia	2
Guarda	1
Guimarães	1
Idanha-a-Nova	1
Ílhavo	2
Lisboa	2
Marco de Canaveses	4
Matosinhos	1
Mirandela	1
Peso da Régua	1
Ponte de Lima	1
Porto	36
Rio de Janeiro	1
Sabrosa	1
Santa Maria da Feira	2
São Pedro do Sul	1
Valença do Minho	1
Viana do Castelo	3
Vila do Conde	1
Vila Nova de Famalicão	1
Vila Nova de Gaia	1
Viseu	1
Total	73

2. Idade dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto à data da tomada de posse

Foi possível determinar a idade de 69 Presidentes da Câmara Municipal do Porto, o que representa, tendo em consideração que alguns deles exerceram mais do que um mandato, um total de 82 idades apuradas aquando da tomada de posse. Conseguimos assim verificar que, se por um lado é raro encontrarmos Presidentes jovens, também não existem Presidentes idosos. Abaixo dos 30 anos, apenas nos deparamos com dois Presidentes, e entre os 65-69 anos, outros dois.

Os Presidentes mais jovens, com 29 anos, foram Francisco da Rocha Soares (1835-1836) e Miguel Joaquim Gomes Cardoso Júnior (1839). O Presidente mais velho, no terceiro mandato que exerceu, foi José Nunes da Ponte, com 69 anos (1918).

A idade média destes magistrados administrativos à data da posse é de 49,4 anos e a moda diz respeito ao grupo dos 45-49 anos. Entre os 40 e os 64 anos encontram-se 68 Presidentes, isto é, 82,9% do total apurado.

Podemos assim concluir que, regra geral, a eleição/nomeação dos Presidentes da Câmara do Porto passou por indivíduos já maduros, com uma certa experiência de vida, profissional, cívica ou política, tendo já muitos deles provas dadas para ocuparem tal cargo.

Quadro n.º 2

Idade dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto à data da posse

Idade à posse	Presidentes
25-29	2
30-34	5
35-39	5
40-44	13
45-49	20
50-54	10
55-59	10
60-64	15
65-69	2
Total	82

3. Origem social e socioprofissional dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto

O estudo dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto permitiu-nos apurar a origem social e a profissão de 76 deles.

No que diz respeito à origem social, torna-se evidente que a maioria esmagadora destes políticos, se não todos – aliás, como toda a vereação –, é oriunda da média e alta burguesia e da burguesia nobilitada que surgiu com o Constitucionalismo Monárquico, à exceção de Melo Cogominho, conde e marquês de Terena, cuja nobreza vinha já do Antigo Regime, a título hereditário.

Com efeito, os restantes quatro Presidentes da Câmara do Porto titulados – José Pimentel Machado (visconde de Gouveia), Vieira de Magalhães (visconde de Alpendurada), José de Sousa Basto (visconde e conde da Trindade) e Antunes Navarro (visconde e conde de Lagoaça) – são classificados como “proprietários e capitalistas”, ou seja, burgueses que enriquecendo acabam por se enobrecer, obtendo os títulos de viscondes e condes, dando assim razão, de alguma forma, a Almeida Garrett – “foge cão que te fazem barão; para onde se me fazem (vis)conde?” –, ele que também não resistiu ao título de visconde!...

Quanto à profissão exercida pelos Presidentes da Câmara do Porto, verificamos que a atividade socioprofissional desenvolvida pelos mesmos reforça a nossa afirmação de que praticamente todos eles são oriundos da média e alta burguesia.

Conseguimos apurar as profissões de 76 Presidentes, e uma vez que alguns acumulavam mais do que uma profissão, optámos, nesta análise, por considerar apenas a profissão principal. Assim, neste total, a profissão mais representada quanto aos Presidentes da Câmara do Porto é a de professor universitário, com 17,1% do total apurado, seguidas dos comerciantes, magistrados e oficiais do exército (11,8% para cada profissão), e dos advogados (10,5%), o que totaliza, no conjunto destas cinco profissões, 63% das 76 profissões apuradas, número que nos parece bastante significativo.

Dos referidos 76 Presidentes da Câmara do Porto, 61 possuíam estudos superiores (bacharelato/licenciatura ou curso de oficial), sendo cinco deles doutorados. As áreas mais representadas são Direito, com 19 Presidentes; Medicina, com 15; e Engenharia, com 10. Dos 15 Presidentes sem estudos superiores, a esmagadora maioria é composta por proprietários e homens de negócio (comerciantes e industriais).

Numa análise um pouco mais aprofundada, é possível traçar o perfil socioprofissional dos Presidentes da Câmara do Porto, tendo em atenção as diferentes épocas que já referimos, entre 1822-2013, e ainda o facto de, durante o Constitucionalismo Monárquico

(1834-1910) e a Primeira República (1910-1926), não poderem ser eleitos para Presidentes de Câmara e vereadores os magistrados no ativo, os clérigos e os funcionários públicos de nomeação do Governo.

Assim, entre 1822-1834, predominam indiscutivelmente os licenciados em direito que seguiam a carreira da magistratura, habilitando-se ao cargo de juiz de fora – caso dos Presidentes da Câmara do Porto –, corregedor, ouvidor ou provedor de comarca. Neste período, com exceção do primeiro Presidente da Câmara eleito de acordo com a legislação liberal, todos eles estão nestas condições. Curiosamente, todos são oriundos da pequena e média burguesia rural do Norte de Portugal.

Após 1834, constatamos que apenas um número reduzido de eleitores preenchia as condições necessárias para ser vereador da Câmara do Porto e chegar a Presidente. Em 1847, somente 26,7% dos recenseados podiam ser eleitos. Este valor subiu, em 1860, para 47,4%, a demonstrar que o número de eleitores com um rendimento mínimo de 400 000 réis subira consideravelmente, testemunho da melhoria das condições de vida da população da cidade do Porto.

Em 1878, a lei eleitoral de 8 de maio tornou possível o alargamento do universo eleitoral, ao permitir que todos os cidadãos portugueses de maior idade, que soubessem ler ou escrever, ou fossem chefes de família com uma renda anual de 200 000 réis, pudessem votar. A partir daí – refere Maria Antonieta Cruz – o número de eleitores passou a ser praticamente igual ao número de elegíveis para os cargos municipais, de tal forma que em 1890 a relação de eleitores/elegíveis chegou aos 99%.

Este progressivo alargamento e democratização do universo eleitoral e elegível não operou significativas transformações quanto à origem social dos que governavam a cidade do Porto, uma vez que praticamente todos continuaram a ser recrutados na classe da burguesia. Mas alargou o âmbito profissional dos que eram eleitos para a Câmara. Assim, os proprietários, negociantes e comerciantes, maioritários durante décadas na Presidência da Câmara do Porto, a partir de finais do século XIX vão ceder o lugar a professores universitários, médicos e engenheiros. Contudo, na composição da vereação, os homens ligados aos negócios continuaram a dominar.

Na primeira Câmara Municipal do Porto saída do regime liberal, eleita em 1822, entre os 15 membros da mesma, efetivos e substitutos, temos 11 proprietários (acumulando essa condição com a de bacharel em quatro casos e de médico num caso), dois negociantes, um professor do ensino superior e um advogado.

Na célebre “lista pela cidade”, presidida por Jacinto de Magalhães, em 1907, formada contra a ditadura de João Franco, e que venceu as eleições por maioria esmagadora, dos 22 membros que a integravam, 13 pertenciam ao mundo dos negócios – seis negociantes, seis industriais e um capitalista. Dos restantes, temos três professores do ensino médio e superior, dois médicos, dois advogados, um engenheiro e um proprietário.

Professores universitários, médicos, engenheiros e advogados irão predominar durante a Primeira República (1910-1926) enquanto Presidentes de Câmara do Porto, a revelar, sob este aspeto, uma continuidade de recrutamento entre o último período da Monarquia e o novo regime republicano, mas na vereação, a prevalência dos homens de negócio vai manter-se.

Quadro n.º 3
Profissões dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto

Profissão	Número de Presidentes
Advogado	8
Arquiteto	2
Comerciante	9
Economista	2
Empresário	4
Engenheiro	7
Gestor de empresas	2
Magistrado	9
Médico	6
Oficial do exército	9
Professor universitário	13
Proprietário	5
Total	76

Por exemplo, dos 22 membros da primeira Comissão Administrativa Municipal do Porto, efetivos e substitutos, nomeados após a Revolução de 5 de Outubro de 1910, temos 10 comerciantes, dois industriais, dois capitalistas, um negociante e um banqueiro, isto é, 16 homens de negócios, face a quatro professores do ensino médio e superior, um advogado e um engenheiro. Da Comissão Administrativa Municipal do Porto nomeada pelo Governo em 18 de março de 1913, encontramos cinco capitalistas, três negociantes, um banqueiro e um industrial, isto é, 10 homens de negócios, contra cinco médicos, dois engenheiros, dois arquitetos, dois funcionários

públicos e um advogado. E em igual número de membros, na Comissão Administrativa Municipal do Porto nomeada pelo Governo em 18 de março de 1913, encontramos cinco capitalistas, três negociantes, um banqueiro e um industrial, ou seja, 10 homens de negócios, contra cinco médicos, dois engenheiros, dois arquitetos, dois funcionários públicos e um advogado. Durante o Estado Novo (1926-1974), os oficiais do exército, exclusivos entre 1926-1933, dão lugar aos professores universitários, médicos e engenheiros entre 1933-1949, regressam uma última vez nos anos de 1949-1953, para, daí em diante, lhes sucederem os engenheiros. Nas últimas três décadas, os Presidentes da Câmara do Porto foram recrutados preferencialmente entre os engenheiros, seguidos dos arquitetos, mas os dois Presidentes com mandatos mais extensos, Fernando Gomes e Rui Rio, vieram da área da economia/gestão.

4. Duração dos mandatos dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto

Quanto à duração dos mandatos, foi tida em consideração a data em que os Presidentes ou aqueles que os substituem tomaram posse ou começaram a exercer tais funções, e a data em que os mesmos abandonaram tal cargo, a qual nem sempre coincide com o início do exercício do poder por parte de outro Presidente.

Épocas houve em que não se revelou fácil conhecer o tempo exato (número de dias) em que esta ou aquela personalidade se manteve efetivamente à frente da Câmara Municipal do Porto, uma vez que em certos anos, nomeadamente em períodos de instabilidade político-militar ou de sobreposição de mandatos, as fontes consultadas, isto é, os livros de vereações, são por vezes omissos, fornecendo-nos, não a data da posse, mas apenas a data da primeira ata em que o Presidente aparece.

Estão neste caso os juizes de fora que presidiram à Câmara Municipal do Porto entre 1823-1832, período durante o qual não houve qualquer tomada de posse. Numa determinada reunião do Senado da Câmara registava-se o nome de quem tinha sido nomeado juiz de fora do cível para o concelho do Porto, o qual, a partir de então, presidia às reuniões dos vereadores. Na sua ausência ou impedimento, presidia ao Senado do Porto o juiz de fora dos órfãos ou o vereador mais velho, não se registando qualquer formalidade quanto a tal aspeto.

Em meados do século XIX, a legislação que regulava a tomada de posse (instruções do Ministério do Reino de 10 de novembro de 1840) determinava que os eleitos para os cargos municipais tomassem posse oito dias após a eleição, prazo que, numerosas vezes, não se cumpriu.

Tendo em atenção estas observações e olhando ao tempo efetivo de funções, podemos concluir que a duração dos mandatos dos Presidentes da Câmara do Porto, 91 no total, variou extraordinariamente, desde escassos dias até aos 142 meses.

Quadro n.º 4

Duração dos mandatos dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto

Duração do mandato (meses)	Presidentes
> 1 mês	5
1-3	13
4-6	13
7-12	16
13-24	11
25-36	16
37-48	5
49-60	3
61-72	3
73-84	1
85-96	-
97-108	-
109-120	3
121-132	1
133-144	1
Total	91

(Nota: o mandato de Rui Rio foi contabilizado até 31.10.2013, data em que previsivelmente cessará funções)

O mandato mais curto é o de Augusto Pereira Nobre (1918), que poucos dias após assumir o lugar, foi demitido pelo Governo de Sidónio Pais. Os mandatos mais longos são os de Francisco Pinto Bessa (1866-1878) e Rui Rio (2002-2013), com 130 e 142 meses, respetivamente, os únicos que ultrapassam os dez anos como Presidentes da Câmara Municipal do Porto. De resto, Rui Rio tornou-se-á, no final do seu terceiro mandato, o Presidente que durante mais tempo exerceu estas funções, onde permaneceu durante

praticamente doze anos. Acrescente-se, a título de curiosidade, que quer no caso de Pinto Bessa, quer no de Rui Rio, era previsível que os mandatos se pudessem estender por um tempo ainda mais alargado, mas motivos extrínsecos ao cargo – no caso de Pinto Bessa, por morte, e no caso de Rui Rio, pela recente alteração legislativa que impede a recandidatura ao exercício da presidência camarária após três mandatos consecutivos – acabaram por impedir que tal sucedesse.

Com menos de um mês de mandato, encontramos cinco Presidentes e com mais de 100 meses temos outros cinco Presidentes, Antunes Navarro (1858-1867), José Albino Machado Vaz (1953-1962), Fernando Gomes (1990-1999) e os já referidos Francisco Pinto Bessa e Rui Rio.

Torna-se evidente que a duração dos mandatos até 1976 dependeu da maior ou menor instabilidade política que se fez sentir no País. A partir de 1976, a duração dos mandatos dos Presidentes da Câmara do Porto, como das autarquias, deixou de depender dos Governos, tendo adquirido uma lógica eleitoral própria, que passou a salvaguardar as Câmaras Municipais e os seus Presidentes das decisões e vicissitudes do poder executivo e a estabilizar a permanência dos mesmos à frente dos Municípios.

Não é por acaso que, dos mandatos dos Presidentes com mais de 100 meses, um tenha ocorrido durante a Regeneração, um no decorrer do Estado Novo e os dois últimos no período após 1976, ou seja, em épocas menos conturbadas politicamente. De facto, as épocas de maior estabilidade e continuidade dos Presidentes da Câmara do Porto correspondem aos anos de 1858-1886, ou seja, três décadas em que se sucederam apenas quatro Presidentes, e 1986-2013, isto é, 27 anos em que o Município foi governado também por quatro Presidentes.

Os períodos de mandatos de Presidente da Câmara do Porto mais reduzidos foram os que decorreram entre 1822-1851 e durante a Primeira República (1910-1926), precisamente por se tratarem de períodos de maior instabilidade política e social.

Quadro n.º 5

Presidentes da Câmara Municipal do Porto com mandatos consecutivos superiores a 4 anos

Nome	Duração do mandato (meses)
José António de Sousa Basto (1852-1855)	48
Fernando Soares Cabral Monteiro (1986-1990)	50
António Vieira de Magalhães (1842-1846)	53
Luís José de Pina Guimarães (1945-1949)	56
Nuno Henrique Macieira de Vasconcelos Porto (1969-1974)	60
António Augusto Esteves Mendes Correia (1936-1942)	63
António de Oliveira Monteiro (1887-1892)	64
José Augusto Correia de Barros (1881-1886)	68
Nuno Maria de Figueiredo Cabral Pinheiro Torres (1962-1969)	80
José Albino Machado Vaz (1953-1962)	110
António José Antunes Navarro (1858-1865)	114
Fernando Manuel dos Santos Gomes (1990-1999)	117
Francisco Pinto Bessa (1866-1878)	130
Rui Fernando da Silva Rio (2002-2013)	142

5. Carreira política dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto

A primeira consideração que temos de fazer quanto aos Presidentes da Câmara do Porto, em termos de classe política local, é o carácter estanque do exercício das suas funções nos diferentes períodos históricos em que se situam.

Assim, numa primeira época que podemos designar de finais do Antigo Regime, ou de passagem do Antigo Regime para o Liberalismo (1820-1834), nenhum dos Presidentes da Câmara do Porto de então transita para o regime liberal instaurado definitivamente em 1834. Entre o Constitucionalismo Monárquico e a República verifica-se idêntica rutura, com exceção de José Nunes da Ponte que, Presidente interino em 1907-1908, irá assumir tal cargo imediatamente após a Revolução de 5 de Outubro de 1910, e uma terceira vez com o Sidonismo, em 1918.

O Estado Novo (1926-1974) não recupera para a Presidência da Câmara do Porto nenhuma personalidade que tivesse desempenhado já tais funções. E o mesmo aconteceu após a revolução de 25 de Abril de 1974, até ao presente.

Nesta perspetiva, é uma classe política nova a que nasce do liberalismo triunfante em 1834, como novas são as classes políticas que sucessivamente emergem com a Primeira República, o Estado Novo e a República Democrática, a demonstrar, pelo menos, no exercício de tais funções, nítidas ruturas. Ai dos vencidos...!

O segundo aspeto que gostaríamos de referir é que, entre 1822 e 2013, um significativo número de Presidentes da Câmara do Porto exerceram outras funções políticas, 36, a demonstrar, assim, a relevância do cargo.

Com efeito, 12 Presidentes foram membros do Governo (10 ministros, um dos quais tinha já sido anteriormente secretário de Estado, e dois subsecretários de Estado), tendo chegado um deles, Venceslau Pereira de Lima, a primeiro-ministro nos finais da Monarquia. Significativamente, todos eles, com exceção de José da Silva Passos, só exerceram funções governamentais a partir de finais do século XIX, a revelar, daí em diante, uma certa abertura da tradicional e hermética classe política lisboeta ao Porto.

O período em que mais Presidentes da Câmara do Porto integraram os elencos governativos foi o que diz respeito à Primeira República (1910-1926), uma vez que, durante a Monarquia, apenas nos aparecem José da Silva Passos e Venceslau de Lima. Com o Estado Novo (1926-1974), encontramos quatro nomes, Rodrigues Sarmiento, Machado Vaz, Mendes de Magalhães e Gonçalves Presa. E após 1974, só um, Fernando Gomes, chegou a fazer parte do Governo.

O cargo político mais comum, para além, obviamente, de Presidente da Câmara do Porto, foi o de deputado (28, ou seja 35,9% do número total de Presidentes), que em nove casos proporcionou a elevação a par do Reino durante a Monarquia, e em três casos, na Primeira República, culminou em senador.

Oito políticos que foram Presidentes da Câmara do Porto exerceram também funções de governadores civis.

Quanto a 42 Presidentes, ou seja, 53,8% do total, a verdade é que exerceram apenas e só este cargo político, sendo justamente aqueles que mais dificuldades nos deram para traçar a sua biografia, uma vez que, desconhecidos antes de entrarem na Câmara do Porto, desconhecidos permaneceram após a sua saída. Esta ausência de notoriedade nacional explica-se pelo caráter eminentemente local da magistratura municipal – a qual, como se sabe, nem sempre extravasa os limites do Município e, por vezes, até se revela de escasso relevo no interior do próprio Município, quando as forças políticas, privilegiando mais a lealdade partidária que o mérito socioprofissional ou cívico, escolhiam ou indicavam para Presidente da Câmara um ilustre desconhecido. Verdade se diga, porém, que não raras vezes, figuras ilustres da cidade do Porto recusaram convites para serem Presidentes do Município, considerando tal cargo como um verdadeiro encargo.

Que conclusões podemos retirar quanto à importância política da função do Presidente da Câmara Municipal do Porto? Constituiu uma rampa de lançamento para outros lugares políticos de representatividade regional, como governadores civis, ou nacional, como deputados, pares do Reino ou membros do Governo? Ou, pelo contrário, a Presidência da Câmara Municipal do Porto representou o coroar de uma carreira política?

Podemos afirmar que ambas as hipóteses são verdadeiras e que encontramos mesmo uma terceira situação, a da simultaneidade do exercício de outros cargos políticos com o de Presidente da Câmara.

Dos 36 Presidentes da Câmara do Porto que no período considerado ocuparam outros cargos políticos, à tomada de posse, 20 já tinham experiência política, nove iniciaram a sua carreira política na Câmara do Porto e sete desempenharam tais funções em simultâneo, regra geral, com o cargo de deputado.

Quadro n.º 6

Cargos políticos dos Presidentes da Câmara Municipal do Porto

Cargo político	Presidentes
Conselheiro de Estado	4
Deputado	28
Deputado europeu	1
Governador civil	8
Governador-geral de Moçambique	1
Ministro	10
Par do Reino	9
Presidente da Junta Geral do Distrito	2
Presidente de Câmara	2
Primeiro-ministro	1
Procurador à Câmara Corporativa	6
Procurador à Junta Geral do Distrito	1
Secretário de Estado	1
Senador	3
Subsecretário de Estado	2
Vice-governador civil	1
Vice-Presidente da Junta do Porto	1

Dos Presidentes da Câmara do Porto que chegaram a ser pares do Reino, todos exerceram anteriormente o cargo de deputado, com exceção de um, José Frutuoso Gouveia Osório (1887), que, aliás, não exerceu quaisquer outras funções políticas, mas que chegou em 1887 à Presidência do Porto e ao pariatório por força de uma impressionante carreira pública, tendo ocupado, entre muitos outros, os lugares de presidente da Associação Industrial do Porto e de presidente da Associação Comercial do Porto.

Aliás, não é invulgar que as funções municipais se misturem com funções políticas nacionais, num jogo complexo, entrecruzado e de duplo sentido, entre a Câmara do Porto, Governo Civil, Parlamento e Governo, em que umas vezes o exercício do cargo de governador civil, de deputado (caso de Rui Rio), ou eurodeputado (caso de Fernando de Gomes) traz um político à Câmara, e outras vezes, a Câmara potencia a saída para Lisboa, como aconteceu, por exemplo, com Venceslau de Lima, no período final da Monarquia, ou Nunes da Ponte, durante a Primeira República.

No caso dos Presidentes da Câmara do Porto que chegaram a integrar o Governo, oito fizeram-no após terem passado por este Município e quatro foram primeiramente membros do Governo antes de serem Presidentes da Câmara do Porto. Logo, podemos concluir que gerir a cidade do Porto serviu principalmente de plataforma para se chegar ao Governo.

Um das questões que se levantam quanto à legitimidade política e representatividade dos Presidentes da Câmara do Porto é a de se conhecer, entre 1822 e 2013, qual a extensão do corpo eleitoral que elegeu estes políticos nos períodos, logicamente, em que a aquisição do seu mandato foi por eleição, e tendo em consideração, justamente, quem é que podia votar, uma vez que, como já esclarecemos e todos sabem, até 1976, nem todos os cidadãos podiam votar.

As sucessivas leis eleitorais e códigos administrativos arredaram do direito de voto, até à restauração da democracia em Portugal com a revolução de 25 de Abril de 1974, as mulheres – uma ou outra exceção conhecida durante a Primeira República só confirmam a regra –, os analfabetos, e todos aqueles que não atingiam um determinado censo, isto é, que não dispunham de um rendimento anual mínimo. Sendo a via censitária a que maioritariamente permitiu o exercício do direito de voto, não é difícil, desde já, concluir que o corpo eleitoral, constituído basicamente pela burguesia, teve uma dimensão restrita.

O primeiro Presidente da Câmara Municipal do Porto eleito diretamente pelos cidadãos do Município, Tomás da Silva Ferraz, em 1822, obteve 712 votos, isto é, cerca de 17% do número de votos que elegeram nesse ano os deputados pelo Porto, e 1,2% da população da cidade, que rondava os 60 000 habitantes. Em Lisboa, no mesmo ano, votaram para a eleição da Câmara da capital 1 585 pessoas, isto é, 0,7% da sua população.

Em fevereiro de 1834, o número de eleitores para a Câmara Constitucional do Porto atingiu os 5 366, incluindo-se nesse número 699 eleitores das quatro freguesias a sul do Douro, que irão pertencer, logo em seguida, ao Município de Vila Nova de Gaia. O apuramento definitivo dos eleitos revelou que José da Silva Passos se tornou no primeiro Presidente eleito da Câmara do Porto após a instauração definitiva do liberalismo (o segundo desde 1822), com 1 221 votos, tendo votado apenas 2 086 dos eleitores recenseados. Isto é, o corpo eleitoral representou 3,2% dos 66 000 habitantes da cidade, tendo sido eleito Silva Passos por apenas 1,9% da população do Porto.

Alexandre Rodrigues de Oliveira, que sucedeu a José da Silva Passos em 1834, na eleição então realizada, foi o vereador mais votado, com 864 votos. A Comissão Municipal interina, presidida por António Rodrigues de Oliveira, por edital de 5 de maio de 1834, considerou que, para a nova eleição que se estava a preparar, só podiam votar os eleitores do Porto, uma vez que os concelhos até então dependentes da cidade passaram a ser autónomos e a constituir-se com autoridades municipais próprias, de acordo com o decreto de 28 de junho de 1833 e o decreto n.º 23 de 16 de maio de 1832. Nesta circunstância, estabeleceu-se um novo círculo eleitoral do Porto, formado por sete freguesias – Cedofeita, Massarelos, Miragaia, Santo Ildefonso, São Nicolau, Sé e Vitória –, no qual o recenseamento eleitoral de maio de 1834 apurou 3 938 eleitores, isto é, 6% da população da cidade.

Nas eleições de 7 de setembro de 1846, que levaram novamente José da Silva Passos à Presidência da Câmara do Porto por ter obtido o maior número de votos, entraram nas urnas das oito assembleias da cidade 933 listas, tendo aquele político obtido 810 votos. A Primeira República (1910-1926) não veio alterar o panorama referido quanto às eleições municipais do constitucionalismo monárquico, uma vez que a lei eleitoral de 3 de julho de 1913 apenas atribuiu capacidade eleitoral aos cidadãos masculinos maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever, mantendo, deste modo, o caráter restritivo do período anterior (1822-1910), em contradição, aliás, como sublinha César Oliveira, “com as propostas eleitorais republicanas favoráveis à adoção do sufrágio universal”. Ora, os analfabetos durante a Primeira República representavam entre 68% e 75% da população portuguesa.

Com Sidónio Pais, o decreto n.º 3.970, de 11 de março de 1918, estabeleceu o sufrágio universal, considerando-se eleitor dos cargos políticos e administrativos todos os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores de 21 anos, que estivessem no gozo dos seus direitos civis e políticos e residissem em território nacional há mais de seis meses, com exclusão dos jovens que estivessem a cumprir o serviço militar, assim como dos alienados, interditos, falidos, pronunciados, vadios, indigentes, cidadãos naturalizados há menos de dois anos e todos aqueles que tivessem sido condenados por conspiração contra a República.

Mas, como escreveu Oliveira Marques, foi “sol de pouca dura”, uma vez que, em 1 de março de 1919, o decreto n.º 5.184 repôs em vigor a legislação de 1913 e 1915 quanto à capacidade eleitoral.

Não dispomos de elementos concretos quanto às eleições municipais que tiveram lugar para o Porto durante o regime republicano, em 1913, 1917, 1919, 1922 e 1925, com exceção deste último ano. Farello Lopes, em recente trabalho, concluiu que, durante a Primeira República, a percentagem de eleitores na população total andaria pelos 10% e que a percentagem dos eleitores no universo

da população masculina adulta passou dos 40,8% em 1915 para os 23,8% em 1925. E François Guichard observa que, para o Porto, entre 1910-1926, o corpo eleitoral manteve-se restrito, oscilando entre 18 000 e 25 000 pessoas, isto é, menos de metade dos homens adultos da cidade, números manifestamente exagerados.

Para 1925, quanto às eleições municipais do Porto, António Queirós, em recente trabalho, informa-nos que o candidato mais votado para a Câmara, que pertencia ao Partido Democrático, foi Elísio de Melo com 5 709 votos, isto, 1,6% da população da cidade, ou seja, uma percentagem inferior à registada por Silva Ferraz em 1822!...

Os Presidentes da Câmara do Porto, como já dissemos, entre 1926 e 1974, foram sempre nomeados pelo Governo. Após o restabelecimento da democracia em Portugal, com a revolução de 1974, reiniciou-se o processo de eleição das Câmaras e dos seus representantes.

No Porto, em 1979, com cerca de 327 000 habitantes, inscreveram-se para as eleições à Câmara Municipal 245 110 cidadãos, dos quais votaram 194 239, ou seja 59,4% do total da população do Porto, e 79,2% do total de cidadãos inscritos.

Em 1982, o número de inscritos subiu para 259 187 cidadãos, tendo votado 191 210 eleitores, isto é, 58,4% da população da cidade e 73,8% do número de cidadãos inscritos.

Nas eleições que ocorreram para a Câmara Municipal do Porto, em outubro de 2005, os cadernos eleitorais registaram 234 749 cidadãos inscritos, um número próximo do total da população residente na cidade, tendo votado 137 384 eleitores, o que representa 58,5% daqueles que dispunham de capacidade para votar, e idêntica percentagem da população do Município.

Podemos concluir assim que, embora não se possa dizer, face a um corpo eleitoral reduzidíssimo, que não existia legitimidade política para o exercício do cargo, a verdade é que, quanto à representatividade eleitoral dos Presidentes da Câmara do Porto, estes só passaram a ter uma autêntica legitimação e a representarem genuinamente o seu Município após 1976, uma vez que só a partir de então é que a Câmara Municipal, enquanto órgão autárquico que o Presidente da Câmara dirige na condição de primeiro candidato da lista eleitoral mais votada, passou a ser eleito por sufrágio direto, universal e secreto de todos os cidadãos eleitores.



Conclusão

Em jeito de conclusão, podemos interrogar-nos quanto ao papel político exercido pelo Presidente da Câmara do Porto entre 1822 e 2012, mesmo sabendo que o caminho percorrido pelos mesmos, no sentido de se afirmarem como autênticos e legítimos representantes da população da cidade e, nessa perspetiva, de serem uma voz autorizada no Município e ouvida em Lisboa, foi lento e penoso. Antes de 1822, não se podia falar de eleições propriamente ditas e muito menos de qualquer representatividade dos portuenses por parte dos seus Presidentes de Câmara. Foi só com a legislação de julho desse ano, de acordo com a Constituição de 1822, então já discutida mas ainda não promulgada, que se realizaram, pela primeira vez, eleições diretas e por escrutínio secreto. Mas logo em junho de 1823, a restauração do absolutismo acabou com esta primeira experiência das Câmaras Municipais eleitas.

Voltou-se à eleição da Câmara e do seu Presidente em 1834, mas a partir de então, até ao Estado Novo (1926-1974), o Presidente da Câmara, embora representando o Município, porque eleito, teve sempre junto a si o administrador do concelho, ou de bairro, que condicionava fortemente a sua ação, e a tutela do governador civil, a quem prestava contas, mesmo quanto a decisões que tinham a ver com a orgânica, funcionamento e atribuições da Câmara.

Durante o Constitucionalismo Monárquico (1834-1910), o Presidente da Câmara do Porto só foi politicamente relevante (como por exemplo, Francisco Pinto Bessa) quando, pela sua importância socioeconómica, notoriedade, posições assumidas em defesa da cidade e duração do mandato, adquiriu o prestígio necessário para ser respeitado a nível municipal e nacional.

Com o Estado Novo, os Presidentes da Câmara do Porto assumem particular destaque, na medida em que, sendo nomeados diretamente pelo Governo, e portanto da sua inteira confiança, são vistos, a nível do Município, como agentes políticos do mesmo Governo. O seu peso político é, assim, de natureza exógena, vale o que vale quem o nomeia e de quem depende. Contudo, são mais uma vez aqueles que detêm notoriedade profissional ou social e os que exercem mandatos mais longos, como Mendes Correia, Luís de Pina ou Machado Vaz, que o Governo mais respeita e os que se inscreveram na memória da cidade.

Com o restabelecimento da democracia, os Presidentes da Câmara do Porto adquiriram, pela primeira vez, uma representatividade e legitimidade indiscutíveis no plano político. Aureliano Veloso (como Silva Ferraz em 1822, e José da Silva Passos em 1834) ficará sempre lembrado como o primeiro Presidente eleito após um longo período de ditadura.

Mas os Presidentes da Câmara do Porto que mais influenciaram a vida da cidade nas últimas três décadas serão os que se mantiveram para lá de um só mandato, que chegaram ao exercício de tais funções já com carreira política e que, curiosamente, revelaram um perfil socioprofissional e político semelhante – ambos com formação em economia e com prévias, embora distintas, carreiras políticas –, isto é, Fernando Gomes e Rui Rio.

Uma última reflexão quanto à importância política, no contexto nacional, dos Presidentes da Câmara do Porto.

Por que é que o Porto, “mordomo das três províncias” na expressão de Herculano, ainda hoje capital do Norte sob o ponto de vista sociodemográfico, sociológico e económico, não exerce sob o ponto de vista político tal função? Se a área de influência do Porto é o Norte de Portugal, os seus Presidentes de Câmara não deveriam, legítima e politicamente representar a região como um todo, uma vez que ela assim é entendida no plano económico? Têm os Presidentes da Câmara do Porto sabido ultrapassar as fronteiras do seu Município e reivindicar para o Norte os caminhos urgentes e inadiáveis do desenvolvimento e da modernização? Ou, pelo contrário, face à capital, Lisboa, que a partir de finais do século XIX passou a ser o único centro de decisão nacional, não mais dispuseram das condições mínimas para serem a voz privilegiada do Norte de Portugal?

Eis uma questão que permanece em aberto.

Presidentes da Câmara Municipal do Porto (1822-2013)

Quadro Global

Presidentes	Forma de aquisição do mandato	Naturalidade (Concelhos)	Profissão	Idade à posse	Duração do mandato (meses)	Outros Cargos Políticos
Monarquia						
Tomás da Silva Ferraz 26.outubro.1822 4.junho.1823	Eleição (Câmara Constitucional)	Porto	Proprietário	62	7	
Manuel Nunes Chocha do Couto 4.junho.1823 8.novembro.1823	Nomeação (Junta do Governo do Porto)	Ílhavo	Magistrado	50	5	
João Rodrigues de Oliveira Catalão 8.novembro.1823 10.novembro.1826	Nomeação	Braga	Magistrado	45	36	Deputado
José Bento da Rocha Melo 10.novembro.1826 21.maio.1828	Nomeação (absolutismo)	São Pedro do Sul	Magistrado	39	18	
António da Cunha Vasconcelos 21.maio.1828 1.julho.1828	Nomeação (Junta Provisória do Porto)	Marco de Canaveses	Magistrado	44	40 dias	
José Bento da Rocha Melo 3.julho.1828 21.novembro.1829	Nomeação (absolutismo)	São Pedro do Sul	Magistrado	41	17	
João Manuel Alexandrino de Vasconcelos 21.novembro.1829 31.julho.1830	Nomeação (absolutismo)	Marco de Canaveses	Magistrado	42	8	
Francisco Ribeiro de Figueiredo 31.julho.1830 11.julho.1832	Nomeação (absolutismo)	Águeda	Magistrado	49	23	
Arnaldo Van Zeller 17.julho.1832 8.fevereiro.1833	Nomeação (Comissão Municipal Liberal)	Porto	Negociante Capitalista	48	7	
José Pimentel Freire Machado 8.fevereiro.1833 17.dezembro.1833	Nomeação (Comissão Municipal Liberal)	Gouveia	Magistrado	49	10	Deputado. Conselheiro. Par do Reino
António Alexandre Rodrigues de Oliveira 17.dezembro.1833 12.março.1834	Nomeação (Comissão Municipal Liberal)	Rio de Janeiro	Magistrado	63	3	
José da Silva Passos 12.março.1834 14.abril.1834	Eleição (Câmara Constitucional)	Matosinhos	Advogado Negociante Proprietário	31	32 dias	Deputado. Subsecretário de Estado. Vice-presidente da Junta do Porto
António Alexandre Rodrigues de Oliveira 24.abril.1834 29.dezembro.1834	Nomeação (Comissão Municipal) e Eleição	Rio de Janeiro	Magistrado	64	8	
Vicente Ferreira de Novais 1.janeiro.1835 26.agosto.1835	Eleição	Porto	Advogado	31	8	
João Manuel Teixeira de Carvalho 26.agosto.1835 23.dezembro.1835	Substituição	?	Oficial do exército	?	4	Procurador do concelho do Porto. Deputado
Francisco da Rocha Soares 30.dezembro.1835 6.fevereiro.1836	Substituição	Porto	Oficial do exército Proprietário	29	39 dias	Procurador à Junta Geral do Distrito do Porto. Deputado
João José Coelho 10.fevereiro.1836 2.março.1836	Substituição	Porto	Proprietário	?	20 dias	
Manuel Pereira Guimarães 2.março.1836 22.outubro.1836	Eleição	Porto	Proprietário Comerciante	?	8	
Tadeu António de Faria 22.outubro.1836 31.janeiro.1837	Nomeação (Comissão Municipal)	Porto	Negociante	?	3	
Luciano Simões de Carvalho 31.janeiro.1837 31.dezembro.1838	Eleição	?	Negociante Proprietário Industrial	35	11	
Miguel Joaquim Gomes Cardoso Júnior 1.janeiro.1839 31.dezembro.1839	Eleição	Porto	Advogado	29	12	
Francisco da Rocha Soares 1.janeiro.1840 8.agosto.1840	Eleição	Porto	Oficial do exército Proprietário	33	7	Procurador à Junta Geral do Distrito do Porto. Deputado
José Maria Ribeiro Pereira 12.agosto.1840 13.dezembro.1841	Substituição e Eleição	?	?	?	16	
Jerónimo Carneiro Geraldes 13.dezembro.1841 5.janeiro.1842	Nomeação (Comissão Municipal)	Porto	Proprietário Advogado	?	24 dias	

Presidentes	Forma de aquisição do mandato	Naturalidade (Concelhos)	Profissão	Idade à posse	Duração do mandato (meses)	Outros Cargos Políticos
António Vieira de Magalhães 5.janeiro.1842 27.maio.1846	Eleição	Esposende	Oficial do exército Comerciante Proprietário	52	53	
José da Silva Passos 3.junho.1846 9.outubro.1846	Nomeação (Comissão Municipal) e Eleição	Matosinhos	Advogado Negociante Proprietário	43	4	Deputado. Subsecretário de Estado. Vice-presidente da Junta do Porto
Manuel Joaquim Machado 14.outubro.1846 3.julho.1847	Substituição	?	?	?	9	
Luís Brandão de Melo Cogominho 3.julho.1847 3.novembro.1847	Nomeação (Comissão Municipal)	Porto	Proprietário	31	4	Deputado. Par do Reino
António Vieira de Magalhães 3.novembro.1847 31.dezembro.1849	Eleição	Esposende	Oficial do exército Comerciante Proprietário	58	26	
Domingos Ribeiro de Faria 2.janeiro.1850 31.dezembro.1851	Eleição	Porto	Proprietário	?	24	
José António de Sousa Basto 2.janeiro.1852 31.dezembro.1855	Eleição	Cabeceiras de Basto	Proprietário Capitalista	46	48	
António Vieira de Magalhães 2.janeiro.1856 25.janeiro.1858	Eleição	Esposende	Oficial do exército Comerciante Proprietário	66	25	
António José Antunes Navarro 25.janeiro.1858 17.julho.1867	Nomeação (Comissão Municipal) e Eleição	Freixo de Espada à Cinta	Negociante Proprietário	54	114	Deputado. Par do Reino
Francisco Pinto Bessa 17.julho.1867 4.maio.1878	Substituição e Eleição	Porto	Negociante Proprietário	46	130	Deputado
António Pinto de Magalhães Aguiar 4.maio.1878 16.junho.1881	Substituição e Eleição	Marco de Canaveses	Professor universitário	44	37	Deputado. Par do Reino
José Augusto Correia de Barros 16.junho.1881 31.dezembro.1886	Eleição	Porto	Engenheiro Proprietário Capitalista	45	68	Governador civil. Deputado. Par do Reino
José Frutuoso Aires de Gouveia Osório 2.janeiro.1887 23.agosto.1887	Eleição	Porto	Médico Professor universitário Proprietário	59	8	Par do Reino
António de Oliveira Monteiro 8.setembro.1887 31.dezembro.1892	Eleição	Idanha-a-Nova	Médico Professor universitário Proprietário	45	64	Conselheiro. Deputado. Par do Reino. Governador civil
António Ribeiro da Costa e Almeida 2.janeiro.1893 7.janeiro.1896	Eleição	Viseu	Advogado Professor	64	36	Conselheiro. Deputado. Presidente da Junta Geral do Distrito do Porto. Governador civil
Venceslau de Sousa Pereira de Lima 7.janeiro.1896 20.janeiro.1898	Eleição	Porto	Professor universitário Geólogo Paleontólogo	37	24	Governador civil. Deputado Par do Reino. Ministro. Primeiro-ministro
Presidentes	Forma de aquisição do mandato	Naturalidade (Concelhos)	Profissão	Idade à posse	Duração do mandato (meses)	Outros Cargos Políticos
João Baptista de Lima Júnior 20.janeiro.1898 26.julho.1900	Nomeação	Porto	Proprietário Capitalista Comerciante	53	30	
Venceslau de Sousa Pereira de Lima 26.julho.1900 31.dezembro.1901	Nomeação	Porto	Professor universitário Geólogo Paleontólogo	41	17	Governador civil. Deputado Par do Reino. Ministro. Primeiro-ministro
Manuel de Sousa Avides 2.janeiro.1902 5.janeiro.1905	Nomeação	Porto	Médico Proprietário	47	36	Deputado. Par do Reino. Conselheiro
João Baptista de Lima Júnior 5.janeiro.1905 31.dezembro.1906	Nomeação	Porto	Proprietário Capitalista Comerciante	60	24	
Jacinto da Silva Pereira Magalhães 2.janeiro.1907 28.novembro.1907	Eleição	Porto	Capitalista Empresário	46	11	

OS PRESIDENTES DA CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO (1822-2013)

José Nunes da Ponte 14.dezembro.1907 14.maio.1908	Substituição	Ribeira Grande	Médico	59	5	Governador civil. Deputado. Ministro
Primeira República						
Cândido Augusto Correia de Pinho 21.maio.1908 5.outubro.1910	Substituição	Santa Maria da Feira	Professor universitário	55	28	
José Nunes da Ponte 13.outubro.1910 12.janeiro.1911	Nomeação Ministro	Ribeira Grande	Médico	61	3	Governador civil. Deputado.
Francisco Xavier Esteves 16.janeiro.1911 19.março.1913	Nomeação (Comissão Administrativa)	Ílhavo	Engenheiro Professor universitário Industrial	46	26	Deputado. Ministro
Adriano Augusto Pimenta 20.março.1913 6.novembro.1913	Nomeação (Comissão Administrativa)	Santa Maria da Feira	Médico	50	7	Governador civil. Deputado. Senador
Manuel de Moraes e Costa 13.novembro.1913 2.janeiro.1914	Substituição (Comissão Administrativa)	?	Médico	?	2	
Henrique Pereira de Oliveira 2.janeiro.1914 22.abril.1915	Eleição	Porto	Industrial	63	16	Deputado
Francisco Xavier Esteves 22.abril.1915 16.maio.1915	Nomeação (Comissão Administrativa)	Ílhavo	Engenheiro Professor universitário Industrial	50	25 dias	Deputado. Ministro
Henrique Pereira de Oliveira 19.maio.1915 31.dezembro.1917	Eleição	Porto	Industrial	64	32	Deputado
Augusto Pereira Nobre 2.janeiro.1918 16.janeiro.1918	Eleição	Porto	Professor universitário	52	14 dias	Deputado. Ministro
Artur Jorge Guimarães 16.janeiro.1918 29.junho.1918	Nomeação (Comissão Administrativa)	?	Oficial do exército	48	5	Senador
Augusto Cupertino de Miranda 29.junho.1918 15.agosto.1918	Nomeação (Comissão Administrativa)	Vila Nova de Famalicão	Advogado	42	46 dias	
José Nunes da Ponte 15.agosto.1918 3.outubro.1918	Nomeação (Comissão Administrativa)	Ribeira Grande	Médico	69	49 dias	Governador civil. Deputado. Ministro
José Alves Bonifácio 3.outubro.1918 15.fevereiro.1919	Substituição (Comissão Administrativa) e Nomeação (Junta Monárquica do Norte)	Viana do Castelo	Professor universitário	59	4	
Armando Marques Guedes 15.fevereiro.1919 19.agosto.1919	Nomeação	Porto	Advogado Professor universitário	32	6	Deputado. Ministro
José Gonçalves Barbosa de Castro Júnior 25.agosto.1919 8.outubro.1920	Eleição	Porto	Advogado Magistrado judicial	60	12	
Eduardo Ferreira dos Santos Silva 8.outubro.1920 19.agosto.1921	Eleição	Porto	Oficial do exército Médico Professor	41	10	Deputado. Ministro
14.outubro.1921 22.outubro.1924			Professor universitário			
José Pereira da Silva 2.janeiro.1925 12.março.1925	Substituição	Porto	Empresário	42	2	
António Joaquim de Sousa Júnior 12.março.1925 31.dezembro.1925	Eleição	Praia da Vitória	Médico Professor universitário	53	10	Deputado. Senador. Ministro
Alberto Pereira Pinto de Aguiar 2.janeiro.1926 30.junho.1926	Eleição	Porto	Médico Professor universitário	58	6	
Estado Novo						
Raul de Andrade Peres 7.julho.1926 28.fevereiro.1930	Nomeação (Comissão Administrativa)	Vila Nova de Gaia	Oficial do exército	49	44	
Augusto de Sousa Rosa 28.fevereiro.1930 8.junho.1933	Nomeação (Comissão Administrativa)	Sabrosa	Oficial do exército Médico	58	39	
José Alfredo Mendes de Magalhães 8.junho.1933 23.maio.1936	Nomeação (Comissão Administrativa)	Valença do Minho	Médico Professor universitário	63	35	Governador civil. Deputado. Ministro. Procurador à Câmara Corporativa. Governador geral de Moçambique

Presidentes	Forma de aquisição do mandato	Naturalidade (Concelhos)	Profissão	Idade à posse	Duração do mandato (meses)	Outros Cargos Políticos
António Joaquim de Sousa Júnior	Eleição	Praia da Vitória	Médico	49	36	Deputado. Senador. Ministro
António Augusto Esteves Mendes Correia	Nomeação	Porto	Médico Professor universitário	48	63	Procurador à Câmara Corporativa. Deputado
João de Espregueira Mendes	Substituição	Viana do Castelo	Médico	41	3	
Albano do Carmo Rodrigues Sarmento	Nomeação	São Jorge	Engenheiro	53	22	Subsecretário de Estado
Jorge de Viterbo Ferreira	Substituição	Porto	Comerciante Proprietário agrícola	45	6	Deputado
Luis José de Pina Guimarães	Nomeação	Lisboa	Médico Professor universitário	43	56	Deputado
Francisco Nicolau de Sousa Dias Goulão	Substituição	Guarda	Oficial do exército Engenheiro	62	35 dias	
Lucínio Gonçalves Presa	Nomeação	Viana do Castelo	Oficial do exército	58	38	Governador civil. Presidente de Câmara. Presidente da Junta Geral do Distrito. Procurador à Câmara Corporativa
António de Oliveira Cálem	Substituição	Porto	Comerciante	64	30 dias	
José Albino Machado Vaz	Nomeação	Mirandela	Engenheiro	49	110	Procurador à Câmara Corporativa. Ministro
Nuno Maria de Figueiredo Cabral Pinheiro Torres	Nomeação Magistrado judicial	Porto	Jurista	47	80	Procurador à Câmara Corporativa
António Fontes Veiga de Faria	Substituição	Porto	Engenheiro	49	2	
República Democrática						
Nuno Henrique Macieira de Vasconcelos Porto	Nomeação	Lisboa	Engenheiro Professor universitário	49	60	Procurador à Câmara Corporativa
Artur Vieira de Andrade	Nomeação (Comissão Administrativa)	Porto	Arquiteto	61	8	
Boaventura José Martins Ferreira	Nomeação (Comissão Administrativa)	Ponte de Lima	Oficial do exército	37	4	
Rogério Manuel de Castro Tavares	Nomeação (Comissão Administrativa)	Porto	Economista	62	16	
Presidentes	Forma de aquisição do mandato	Naturalidade (Concelhos)	Profissão	Idade à posse	Duração do mandato (meses)	Outros Cargos Políticos
Aureliano Capelo Veloso	Eleição	Gouveia	Engenheiro	52	36	
Alfredo Ângelo Vidal Coelho de Magalhães	Eleição	Porto	Arquiteto	60	36	
António Guilherme Paulo Vallada	Eleição	Porto	Engenheiro Gestor de empresas	58	36	
Fernando Soares Cabral Monteiro	Eleição	Porto	Advogado Jornalista	57	48	Vice-governador civil. Vereador
Fernando Manuel dos Santos Gomes	Eleição	Vila do Conde	Economista Gestor de empresas	43	117	Presidente de Câmara. Deputado. Deputado europeu. Secretário de Estado. Ministro
Nuno Magalhães da Silva Cardoso	Substituição	Peso da Régua	Engenheiro	37	26	
Rui Fernando da Silva Rio	Eleição	Porto	Economista	44	142*	Deputado

* Data prevista para o final do mandato.

